

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – COMISSÃO
ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO - COORDENAÇÃO-GERAL DE
LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SUBSECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO**

OZIAS PEREIRA TAVARES, brasileiro, leiloeiro público oficial, separado judicialmente, residente e domiciliado na QNC 06 CASA 12, Taguatinga Norte – Brasília-DF – CEP 72.115-560, Mat. JCDF 30/02, RG n.º 278.844 SSP-DF, CPF 113.563.321-53 – telefone 61-99912-6897 – e-mail: oziasleioeiro@gmail.com, vem a i e r. presença de V. Sa., na forma do itens 19 e 19.1 do edital, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2019** - PROCESSO N.º 08129.007022/2019-84, que tem por objeto a contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, mediante credenciamento, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas (SENAD), pelas razões a seguir:

FATOS

Pretende a ora Impugnado efetuar o credenciamento de leiloeiros públicos oficiais para realização de leilão de bens móveis e imóveis, não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles bens móveis e imóveis que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação, nos termos do Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, observando o que dispõe a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Restou previsto nos itens 5 e 5.8.5 do edital que para fins de habilitação e credenciamento deverão os leiloeiros apresentar demonstrativo do montante financeiro despendido com publicidade dos leilões comprovadamente realizados, nos exercícios de 2017, 2018 e 2019, através de declarações fornecidas aos participantes pelas empresas jornalísticas ou de publicidade, *in verbis*:

5. DA HABILITAÇÃO

5.8.5. Demonstrativo do montante financeiro despendido com publicidade dos leilões comprovadamente realizados, nos exercícios de 2017, 2018 e 2019, através de declarações fornecidas ao participantes pelas empresas jornalísticas ou de publicidade;

O Edital nos itens 12.18, 12.30 e 12.31 exige como obrigação do leiloeiro contrato o transporte a publicação do edital no mínimo 02 (dois) jornais de grande circulação local, *in verbis*:

12.18. Realizar o transporte dos bens disponibilizados pela Justiça para os seus depósitos, salvo autorização diversa dada pelo Contratante.

12.30. Responsabilizar-se integralmente pelas publicações previstas em legislação para o Edital de Leilão, o que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias antes da realização do Leilão, bem como pelas respectivas despesas.

12.31. Providenciar publicações do extrato do edital de leilão em, no mínimo, 2 (dois) jornais de grande circulação local, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do leilão, arcando com todas as despesas.

12.47.1.3. Realizar a limpeza de bens imóveis a serem alienados, removendo lixo, entulho, mato, restos de obras e quaisquer outros itens que impeçam a visita de imóveis pelos compradores interessados ou que causem prejuízo às imagens dos ativos a serem vendidos;

ILEGALIDADE

Senhora Presidente,

Tem-se que, *d. v.*, a exigência de demonstrativos do montante financeiro despendidos com publicidade de leilões comprovadamente realizados nos exercícios de 2017, 2018 e 2019, publicação em jornal local, transporte do bens e realização de limpeza nos bens imóveis a serem alienados, **não encontra amparo legal**, vez que a Lei 8.666/93 em seu artigo 27 exige a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e cumprimento dos art. 7º, XXXIII da CF, *in verbis*:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV – regularidade fiscal e trabalhista;

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

No pertinente à qualificação técnica que é o caso do presente credenciamento, prestação de serviços técnicos de leiloeiro público oficial, a exigência limita-se a inscrição na entidade profissional e comprovação da aptidão para desempenho da atividade, conforme previsto no art. 30 da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; (...)

Ressalte-se que o serviço prestado pelo leiloeiro é técnico de natureza singular sem notória especialização, tendo em vista que poderá ser prestado por todos os leiloeiros indistintamente, portanto, os procedimentos licitatórios têm exigido a habilidade técnica por meio de declarações dos entes públicos e privados para a contratação deste profissional comprovando a realização de leilões a contento.

Desta forma, não há na Lei 8.666/93 qualquer exigência de demonstrativo do montante financeiro despendido com publicidade dos leilões comprovadamente realizados, tampouco a exigência de publicação em jornal local de circulação, ainda mais que a alteração do art. 21, incisos I, II e III da lei de licitação alterada pela Medida Provisória n.º 896/2019, dispensou as publicações em jornais locais, mantendo apenas a publicação no Diário Oficial e no site oficial, *in verbis*:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III - em sítio eletrônico oficial do respectivo ente federativo, facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, alternativamente, a utilização de sítio eletrônico oficial da União, conforme regulamento do Poder Executivo federal. (Redação dada pela Medida Provisória nº 896, de 2019)

Ademais, o art. 42, § 2º do Decreto 21.981/32 na alienação de bens móveis ou imóveis, pertencentes à União, Estados, Municípios, os leiloeiros cobrarão somente a comissão dos compradores prevista no parágrafo único do art. 24 do Decreto, não podendo se cobrar a comissão prevista no cabeço do artigo, contudo as despesas, por analogia, correrão da parte vendedora, *in verbis*:

Art. 42. Nas vendas de bens moveis ou imóveis pertencentes á União e aos Estados e municípios, os leiloeiros funcionarão por distribuição rigorosa de escala de antiguidade, a começar pelo mais antigo.

§ 1º O leiloeiro que for designado para realizar os leilões de que trata este artigo, verificando, em face da escala, que não lhe toca a vez de efetuá-los, indicará à repartição ou autoridade que o tiver designado àquele a quem deva caber a designação, sob pena de perder, em favor do prejudicado, a comissão proveniente da venda efetuada.

§ 2º Nas vendas acima referidas os leiloeiros cobrarão somente dos compradores a comissão estabelecida no parágrafo único do artigo 24, correndo as despesas de anúncios, reclamos e propaganda dos leilões por conta da parte vendedora.

O Tribunal de Contas da União entende ser ilegal e restringe a competitividade do certame licitatório, a exigência de documentos de habilitação além daqueles previstos nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993; Acórdão Plenário 3192/2012, *in verbis*:

***Acórdão
3192/2016 - Plenário
Data da sessão
07/12/2016
Relator
MARCOS BEMQUERER***

Área
Licitação
Tema
Habilitação de licitante
Subtema
Exigência
Outros indexadores
Excesso
Tipo do processo
REPRESENTAÇÃO
Enunciado

É ilegal e restringe a competitividade do certame licitatório a exigência de documentos de habilitação além daqueles previstos nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993.

PEDIDO

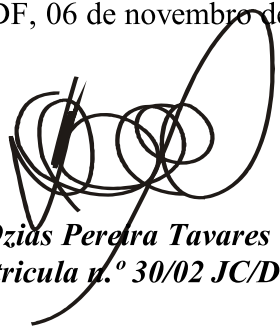
Ante o exposto, requer seja a presente recebida e analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer ilegalidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Requer ainda, seja a presente recebida, conferindo-lhe efeito suspensivo até solução das irregularidades ora apontadas. Caso contrário, restará configurado iminente risco de todo o procedimento ser considerado inválido, como pode se depreender dos equívocos do edital quanto à exigência *demonstrativo do montante financeiro despendido com publicidade dos leilões comprovadamente realizados* e atribuições de despesas ao leiloeiro não previstas na Lei 8.666/93 e no Decreto 21.981/32.

Requer, seja julgado procedente o presente para corrigir o edital nos pontos ora invocados e, para adequá-lo à Lei 8.666/93 e Decreto 21.981/32, sem prejuízo da busca de posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Termos em que p. e e. deferimento.

Brasília-DF, 06 de novembro de 2019.



Ozias Pereira Tavares
Matricula n.º 30/02 JC/DF